

Ulysses não poupa velho companheiro e critica decisão

Foto de José Carlos Moreira

BRASÍLIA — Na primeira manifestação pública contra uma decisão do Presidente do Senado, Nelson Carneiro, o Presidente do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães, aplaudiu a sentença do Presidente do Supremo Tribunal Federal, José Néri da Silveira, que concedeu liminar aos partidos de Oposição, favorável à reabertura dos trabalhos do Congresso.

Ulysses é um dos mais antigos amigos de Nelson Carneiro, tendo chegado a dividir com ele durante vários anos um apartamento em Brasília. Mas isso não foi suficiente para poupar o companheiro de partido. Numa crítica ao fato de Nelson ter decretado o recesso do Congresso, Ulysses disse que na ditadura o poder autoritário é que fecha o Congresso. Na democracia, acrescentou, o Supremo assegura o cumprimento da Constituição.

— Na ditadura, é o tempo, o relógio, que aprovam, como ocorria com os famigerados decreto-leis. O Presidente José Néri exerceu corretamente o juiz prudencial ao conceder a liminar sustando a rumorosa



Sandra Cavalcanti culpa o PSDB

devolução do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias. O Supremo existe para combater e não para validar inconstitucionalidades.

O Presidente do PMDB conversou ontem por telefone com Nelson Carneiro, que lhe disse ter convocado o Congresso para hoje. Ulysses informou que, imediatamente, passou a mobilizar as bancadas do PMDB na Câmara e Senado, mas revelou estar encontrando dificuldades por causa da iminente greve dos aeroviários. Ele próprio não teve garantido o seu embarque hoje para Brasília.

— Apesar de todas essas dificuldades, estou repetindo o que fiz na Constituinte, convocando o maior número possível de parlamentares, numa mobilização que envolve também as lideranças do PMDB nas duas Casas.

A Deputada federal Sandra Cavalcanti (PFL-SP) acusou ontem as lideranças de Oposição de serem responsáveis pela não votação da Lei das Diretrizes Orçamentárias. A Deputada denunciou que os partidos de Oposição, principalmente o PSDB, obstruíram a votação como manobra para forçar a aprovação da lei salarial, o que causaria forte impacto nas eleições de outubro.